



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo: Fundamentos Teóricos da Política Social

Produção de Conhecimento sobre Política Social no Serviço Social

Resumo

Esse trabalho objetiva analisar as Dissertações de Mestrado vinculadas à área de concentração de Política Social. Em termos metodológicos, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental com a utilização do estado da arte para mapeamento analítico das tendências das Dissertações investigadas, com uso de instrumentos e técnicas quanti-qualitativas de coleta e de análise dos dados. Em torno das 72 Dissertações defendidas entre os anos de 2010 a 2014, no PPGSS/UFPB verificou-se a prevalência significativa da área de concentração Política Social com 74% (53), em comparação a área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social com 26% (19). Em termos conclusivos, foi possível verificar o crescimento das pesquisas que têm como objeto as Políticas Sociais e suas subáreas.

Palavras-chave: Produção do Conhecimento; Política Social; Serviço Social.

Production of Knowledge on Social Policy in Social Service

Abstract

This work aims to analyze Master Dissertations linked to the area of Social Policy concentration. In methodological terms, it is characterized as a bibliographical and documentary research using the state of the art for analytical mapping of the trends of the Dissertations investigated, using instruments and quantitative-qualitative techniques of data collection and analysis. Around 72 Dissertations defended between 2010 and 2014, in the PPGSS / UFPB there was a significant prevalence of the Social Policy concentration area with 74% (53), in comparison with the area of Social Work Theoretical-practical Rationale 26% (19). In conclusive terms, it was possible to verify the growth of the surveys that have as object the Social Policies and its subareas.

Keywords: Knowledge Production; Social Policy; Social Service

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar a produção do conhecimento sobre Política Social gerada pelas Dissertações de Mestrado defendidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB. Intenta-se contextualizar a conjuntura das atuais transformações da sociedade brasileira a luz do Neodesenvolvimentismo e suas inflexões nos processos de investigação e exposição do Serviço Social; Identificar e analisar as tendências e categorias temáticas que perpassam o processo de produção de conhecimento no Serviço Social a partir das Dissertações de Mestrado vinculadas à área de Política Social no período de 2010 a 2014.

Este processo investigativo adotou a perspectiva teórico-metodológica de cunho dialético materialista marxista. Justifica-se a adoção dessa perspectiva teórico-

metodológica por se constituir o marxismo no aporte hegemônico da produção do conhecimento do Serviço Social.

Tipifica-se como uma pesquisa bibliográfica e documental desenvolvida mediante a utilização da metodologia do estado da arte. Em termos operacionais, esta pesquisa desenvolveu-se à luz de dois indicadores analíticos que, embora imbricados, dividem-se nos seguintes: a) indicadores das áreas do conhecimento; b) indicadores temáticos.

Para analisar as Dissertações, utilizou-se o estado da arte que, segundo Romanowski e Ens (2006, p. 39) as pesquisas são denominadas de estado da arte “[...] quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções”.

Desse modo, os estudos de tipo estado da arte permitem “[...] um recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura”. (HADDAD, 2000, p. 4)

Para o desenvolvimento deste trabalho, analisou-se o universo de 53 Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, vinculadas à área de Política Social, defendidas nos anos de 2010 a 2014.

Desenvolvimentismo: as conjunturas dos governos petistas (Lula e Dilma) e seus impactos na Política Social

A entrada do século XXI traz consigo um novo ciclo na política brasileira do ponto de vista sociológico, acompanhando uma tendência de vitórias de governos progressistas na América Latina. Tendência evidenciada no Brasil com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT), derrotando o candidato apoiado por FHC, José Serra pelo PSDB.

Sem sombra de dúvida, é um momento de extrema importância política, dada à origem humilde do nordestino Lula, mas reconhecida liderança em face de sua trajetória nas lutas sindicais contra a ditadura militar.

Lula assume a Presidência como apoio dos movimentos sociais, parte da classe média, dos intelectuais e de setores do empresariado. Naquele momento, possuía força

política para tomar medidas difíceis, como a aprovação da perversa Reforma Previdenciária.

Além disso, existia uma esperança que o governo de Lula mudasse a política econômica; enfrentasse e diminuísse as causas da desigualdade no país; adotasse medidas para a expansão do mercado interno de massas; garantisse a geração de empregos; assegurasse a união dos interesses do capital produtivo e do sindicalismo em torno de um projeto de desenvolvimento nacional; e avalizasse o comprometimento com um amplo e consistente sistema de proteção social no âmbito das necessidades humanas e sociais. Porém, essas esperanças começaram a ser substituídas “[...] pelo medo de que o Brasil teria apenas o ‘governo do possível’”. (FREITAS, 2007, p. 66)

Sader (2004) ao analisar o primeiro ano do governo Lula, afirma que este surge em um contexto geral diferente das disparidades entre blocos capitalistas e socialistas, mas marcado pela hegemonia norte-americana do ponto de vista político e do neoliberalismo. Assim, no lugar dos objetivos anticapitalistas e anti-imperialistas, os objetivos eram contra o neoliberalismo.

Esse cenário marca a inserção do governo do PT, que tinha o desafio nas mãos de sair do modelo neoliberal. Todavia, a política econômica foi mantida e aprofundada. Em resumo,

[...] no seu primeiro ano o governo Lula se revelou fortemente conservador: conservador na política econômica, conservador nas duas reformas – a previdenciária e a tributária, realizadas de acordo com os moldes recomendados pelo Banco Mundial -, na sua segunda geração de reformas e conservador nos discursos de Lula – desmobilizadores, críticas dos movimentos sociais, sem menção do capital financeiro e do neoliberalismo. (Ib., p. 86)

Filgueiras e Gonçalves (2007, p.96) ao avaliar o primeiro mandato do governo Lula (2003 – 2006), alegam que houve uma continuação do modelo liberal periférico, iniciado em 1990, principalmente pós-lançamento do Plano Real. “A implementação do Plano Real, lançada em 1994, cumpriu papel decisivo no processo de aprofundamento e consolidação do modelo liberal periférico, que veio a assumir sua forma mais acabada no governo Lula a partir de 2003”. Sobre o modelo liberal periférico, elencam que,

O modelo é liberal em virtude da natureza das reformas que o estruturaram e o constituíram: abertura e liberalização da economia, privatização de empresas estatais e desregulação do mercado de trabalho. É periférico por ser uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política

econômica em um país dependente. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 95).

A conjuntura econômica internacional favorável, a partir de 2003, proporcionou um impacto positivo no comércio exterior de todos os países em desenvolvimento. Filgueiras e Gonçalves (2007) asseveram que a redução das restrições externas, em um contexto de crescimento da economia mundial e ausência de crises cambiais sistêmicas, possibilitaram menor instabilidade macroeconômica e alargaram o espaço de manobras da política econômica. Porém, essa oportunidade foi utilizada para reforçar o modelo liberal periférico no país.

No campo das Políticas Sociais, Filgueiras e Gonçalves (2007) afirmam que o governo Lula tem estreita relação com a política econômica liberal legada do governo anterior, marcado pela visão hegemônica sobre as Políticas Sociais deslocada das causas estruturais da pobreza e desigualdade. Em sentido contrário, a gestão lulista combinou perfeitamente a flexibilização do trabalho com políticas focalizadas e flexíveis de combate à pobreza.

Em um contexto de ajuste fiscal permanente, as políticas sociais transformaram-se em políticas focalizadas, voltadas para os mais pobres através da criação de vários programas de complementação de renda, implantados no governo de FHC e ampliados e aprofundados pelo governo Lula, sob aprovação do Banco Mundial. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007)

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2003 através da Medida Provisória n. 132, convertida na Lei n. 10.836 e incorporada pelo Fome Zero. O PBF garante uma renda mínima através da transferência de renda direta para famílias em pobres e em extrema pobreza. A implantação do programa nos municípios provocou uma melhora das condições de vida de milhões de brasileiros.

Lula se reelege nas eleições de 2006, vencendo Geraldo Alckmin do PSDB por uma diferença em torno de 20 milhões de votos. A hipótese de Singer (2009) é que nessa reeleição de Lula, houve um reordenamento eleitoral, onde o subproletariado², que nas candidaturas anteriores sempre se mantiveram distantes de Lula, aderem a sua candidatura depois do primeiro mandato, ao mesmo momento que a classe média se distancia. Para Singer, a emergência do Lulismo “[...] expressa um fenômeno de representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização”. (p. 84).

Singer (2009, p. 98), ao continuar a análise sobre a vitória de Lula na eleição do seu segundo mandato, afirma:

O pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, corresponde nada mais nada menos que à realização de um completo programa de classe. Não o da classe trabalhadora organizada, cujo movimento iniciado no final da década de 1970 tinha por bandeira a “ruptura com o atual modelo econômico”, mas à fração de classe que Paul Singer chamou de “subproletariado” ao analisar a estrutura social do Brasil no início dos anos de 1980.

A sensação de aumento do poder de consumo dos eleitores de baixa renda e média, e a gradual melhora na condição de vida dos mais pobres através do Programa Bolsa Família e outros programas governamentais focalizados consistem na base material desse reordenamento político, que levou Lula à reeleição em 2006.

A partir do segundo mandato de governo Lula (2007 – 2010) a ideologia desenvolvimentista volta à cena com o prefixo *neo* e tornou-se tema de moda no Brasil, resultante do aumento das taxas de crescimento e melhora dos indicadores sociais. (CASTELO, 2012)

Segundo o pensamento desse novo desenvolvimentismo – neodesenvolvimentismo - o Brasil estaria vivendo uma nova etapa do desenvolvimento capitalista inédita por combinar crescimento econômico e justiça social e por romper com o neoliberalismo; apresentou-se como um projeto de “terceira via”, alternativa ao neoliberalismo e ao socialismo.

Para Sampaio Jr (2012) há uma incoerência entre o que o neodesenvolvimentismo pensa ser e do que é de fato. Os intelectuais que o defendem, alegam que o neodesenvolvimentismo é uma alternativa qualitativa de desenvolvimento com capacidade de solucionar os problemas da pobreza e da dependência externa, contudo, o fato é que se trata de “[...] uma nova versão da surrada teoria do crescimento e da modernização acelerada como solução para os problemas do Brasil”. (Ib., 2012, p. 685)

Além disso, o neodesenvolvimentismo cumpriu uma função como arma ideológica dos grupos políticos nas estruturas do Estado. Tanto serviu para diferenciar os governos petistas do governo FHC como reforça o mito do crescimento como resposta para os problemas do país.

No ano de 2010, abriu-se novo período eleitoral. O Partido dos Trabalhadores lança a candidatura de Dilma Rousseff, ex-ministra de Minas e Energia (2003 e 2005) e da Casa Civil (2005 -2010) nos governos Lula. A referida candidata ganha as eleições com 56% dos votos válidos e entra para a história como a primeira mulher a se tornar presidente do Brasil.

Na transição do governo de Lula para o governo Dilma, no que diz respeito ao quadro político-institucional, notou-se o advento de dois elementos importantes que convergem para a crise de hegemonia lulo-petista de poder. O primeiro elemento relaciona-se ao âmbito político, de recomposição no interior do bloco do poder; o segundo elemento refere-se à esfera econômica da combinação de duas situações conjunturais intrincadas no segundo mandato de Lula, que são:

[...] a) a manutenção do tripé básico de política macroeconômica que se perpetuou ao longo dos governos de FHC e Lula; b) os efeitos da crise internacional de 2008-2009 e a manutenção de medidas econômicas visando evitar que os efeitos da referida crise contaminasse a estabilidade econômica do Brasil e a manutenção do ciclo de expansão econômica neodesenvolvimentista. (VASCONCELOS; AMORIM, 2016, p. 4)

No que tange às políticas sociais, o governo Dilma Rousseff mantém a mesma característica focalizada do governo anterior. No ano de 2011, foi lançado o Programa Brasil sem Miséria (BSM), baseado em três pilares, a saber: garantia de renda mínima, tendo em vista o alívio imediato da situação de extrema pobreza; acesso aos serviços públicos, objetivando ampliar as condições das famílias; e a inclusão produtiva com a intenção de expandir as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades.

Para tanto, destacam-se três programas criados para efetivar o BSM: o Programa “Brasil Carinhoso”, com o objetivo de ampliar o acesso da população de baixa renda às creches públicas através de mais recursos federais aos municípios a cada vaga ocupada por criança beneficiária do PBF.

Em 2014, Dilma foi reeleita à Presidência da República, embora sua popularidade tenha caído a partir das chamadas “jornadas de junho” em 2013. Mesmo que esses protestos tenham sido localizados, tendo como foco as políticas municipais, foram de tal modo manipulados por grupos de direita. Para Souza (2016) há uma linha clara de continuidade entre as manifestações de 2013 e o golpe de abril em 2016.

Braga (2016, p. 60) assevera que,

[...] as forças golpistas derrubaram o governo não pelo que Dilma Rousseff concedeu aos setores populares, mas por aquilo que ela não foi capaz de entregar aos empresários: um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista.

A incapacidade política do governo Dilma de entregar essas demandas aos empresários precipitou o golpe. Essa estratégia seria assumida pelo posterior governo de Michel Temer que a toma para si, quando passa a implementar uma agenda amplamente regressiva.

Análises das Dissertações de Mestrado Acadêmico na Área de Política Social do PPGSS/UFPB nos anos de 2010 a 2014 à luz dos indicadores

O debate em torno do Serviço Social e da Política Social no Brasil avançou e aprofundou-se consideravelmente ao longo dos anos de 1980 e 1990, consolidando-se no século XXI. A partir desse contexto, instaurou-se no âmbito da profissão um amplo processo de construção de conhecimentos em torno da Política Social, sendo um dos pilares centrais na consolidação do Serviço Social como produção de conhecimento, reconhecido pelas agências de fomento à pesquisa como área das ciências sociais aplicadas.

A análise das Dissertações de Mestrado Acadêmico na área de Política Social do PPGSS/UFPB se processa na temporalidade dos anos de 2010 a 2014 e metodologicamente à luz dos indicadores de análise do estado da arte dessas produções, a saber: indicadores áreas do conhecimento e indicadores temáticos, os resultados serão apresentados a partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa, conforme orientação metodológica do estado da arte.

No universo de 72 obras defendidas no PPGSS/UFPB entre 2010 a 2014, indica-se a prevalência significativa da área de concentração Política Social com 74% (53) Dissertações defendidas em comparação à área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social com 26% (19) obras. Essa prevalência das Dissertações ligadas à área de concentração Política Social no PPGSS/UFPB vem se afirmando durante décadas com 62,1% (18) em 1980, 77,8% (52) em 1990, 80,3% (94) em 2000, e 79% (79) nos anos de 2010 a 2015. Em comparação à área de Fundamentação Teórico-prática do Serviço

Social tem-se 37,9% (11) em 1980, 22,4% (15) em 1990, 19,6% (23) em 2000 e 21% (21) nos anos de 2010 a 2015.

Nesse entendimento, Mota (2013, p. 19) assevera que “[...] as produções dirigidas às formulações de políticas sociais têm uma importância inegável para o Serviço Social e são relevantes das contradições em processo que marcaram e marcam a sua existência”.

No indicador área de conhecimento, optou-se por apresentar a variável campos da política social. A tabela a seguir traz os dados da pesquisa.

Tabela 1 - Campos das Políticas Sociais nas Dissertações de Mestrado na área Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2018.

Campos das Políticas Sociais	N	%
<i>Assistência Social</i>	11	20
<i>Saúde</i>	09	17
<i>Criança e Adolescente</i>	06	11
<i>Proteção a Mulher</i>	02	04
<i>Proteção a Juventude</i>	02	04
<i>Proteção a Pessoa Idosa</i>	02	04
<i>Saúde Mental</i>	02	04
<i>Educação</i>	02	04
<i>Outras¹</i>	06	11
<i>Não Identificados</i>	11	21
Total	53	100

Fonte: Elaboração Própria - PPGSS/UFPB, 2010 – 2014.

Como demonstra os resultados da Tabela 07, a Política Social com maior incidência é a Assistência Social com 20% (11) de Dissertações defendidas. Ressalta-se que a pesquisa realizada por Santos (2017) e esta pesquisa constataram que as três Políticas Sociais mais estudadas no PPGSS/UFPB, vinculadas à área de concentração Política Social, são: Assistência Social, Saúde e Criança e Adolescente.

Ainda sobre a incidência da política de Assistência Social entre os anos de 2010 a 2014, assevera-se que essa incidência se deu após a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004.

¹ Distinguem-se as políticas que foram investigadas somente uma vez, a saber: Assistência Estudantil, Política Social, Drogas, Segurança Pública, Pessoa com Deficiência, Saúde e Assistência. Chama-se atenção para uma obra que estudou a intersetorialidade entre Saúde e Assistência Social na gestão do Programa Bolsa Família.

A política de Assistência Social é uma das políticas que mais emprega os profissionais do Serviço Social, não só no campo da intervenção profissional na oferta de serviços diretos, mas há uma grande inserção desses profissionais no campo da gestão dessa política nos níveis da União, estados e municípios. Além disso, a centralidade dessa política sobre as demais nos governos petistas incide sobre uma tendência a focalização e a adoção da política econômica denominada neodesenvolvimentista – que combina desenvolvimento econômico e social – junto com o crescimento progressivo do orçamento da Assistência Social.

Em seguida, tem-se a incidência da Política de Saúde, com 17% (09) Dissertações defendidas. Demonstrando assim, o interesse investigativo dos Assistentes Sociais e também de outros profissionais da área de Saúde que cursam o Mestrado Acadêmico do PPGSS/UFPB.

Verificou-se ainda, a incidência de 11% (06) das Dissertações defendidas que estudam a proteção a Criança e Adolescente. As investigações desse campo da proteção são realizadas em articulação com as outras políticas, pois a garantia de direitos das crianças e adolescentes é realizada no âmbito da saúde, educação, assistência social, cultura e arte, entre outras.

Observou-se que as investigações nos campos das Políticas Sociais têm incidido em objetos cada vez mais setorializados. Netto (2011) ao tratar sobre a intervenção da “questão social” pelo Estado no capitalismo monopolista assevera que “[...] a política social deve constituir-se necessariamente em políticas sociais: as sequelas da “questão social” são recortadas como problemáticas particulares [...] e assim enfrentadas”. Desse modo, “[...] a “questão social” é atacada nas suas refrações, nas suas sequelas apreendidas como problemáticas cuja natureza totalizante, se assumida conseqüentemente, impediria a intervenção”. (p. 32 – grifos do autor).

Nessa mesma direção, aponta SANTOS (2017, p. 14):

As políticas sociais setoriais são frutos da totalidade do real que se apresenta ao assistente social em seu campo de atuação que reconfigura a necessidade de novas intervenções sobre as demandas sociais. Por isso a produção do conhecimento contribui para a compreensão dessas realidades, no intuito de subsidiar a perspectiva do profissional na sua intervenção.

Tabela 2 - Temáticas analisadas nas Dissertações de Mestrado na área Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2018.

Temáticas	N	%
<i>Gênero</i>	09	17
<i>Trabalho</i>	09	17
<i>Gestão / Avaliação</i>	08	15
<i>Intersectorialidade</i>	05	09
<i>Controle Social</i>	03	06
<i>Inclusão Social</i>	02	04
<i>Estado e Sociedade</i>	02	04
<i>Outras</i>	13	24
<i>Não Identificados</i>	02	04
Total	53	100

Fonte: Elaboração Própria - PPGSS/UFPB, 2010 – 2014.

O indicador temático advém da subárea das políticas sociais investigada. Conforme os resultados dessa Tabela constatou-se que as categorias temáticas Gênero e Trabalho apresentaram maior incidência, ambas com 17% (09) das Dissertações defendidas. Na pesquisa realizada por Santos (2017)² sobre a produção do conhecimento em Serviço Social no PPGSS/UFPB na área de concentração Política Social, na temporalidade de 1982 – 2010 essas duas categorias temáticas também se expressaram com uma grande relevância. Assim como a categoria Gestão/Avaliação com 15% (08).

Dessa forma, essas três categorias temáticas têm sido as mais incidentes na produção do conhecimento, materializada nas Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, vinculadas à área da Política Social.

A categoria Gênero está intimamente ligada aos movimentos feministas e suas lutas pela igualdade entre homem e mulheres. Lisboa (2010) assevera que houve mais desencontros do que encontros ao longo da história entre Serviço Social e as questões de gênero. A importância dos estudos de gênero para o Serviço Social reside em dois pontos:

² Santos (2017) sobre a produção do conhecimento em Serviço Social no PPGSS/UFPB na área de concentração Política Social, temporalidade de 1982 – 2010 constatou o seguinte: Gestão/Avaliação 13,6% (25); Trabalho 12,5% (23); Gênero 9,2% (17) num universo de 183 dissertações defendidas.

[...] o primeiro refere-se à análise da profissão propriamente dita, uma vez que esta é composta predominantemente por mulheres, salientando-se a forte presença do gênero na constituição da identidade profissional. Além disso, observa-se que a intervenção profissional também incide majoritariamente sobre as mulheres - seja como usuárias dos serviços sociais, ou como cuidadoras dos usuários destes serviços (mães, filhas, esposas, avós). (DIAS, 2014, p. 88)

O desenvolvimento de políticas públicas de gênero no Brasil ocorreu no processo de redemocratização. Significou a incorporação de novos temas na agenda governamental e inclusão de novos atores no cenário político. “Assim, à medida que a democratização avançava, passou-se a formular propostas de políticas públicas que contemplassem a questão gênero”. (FARAH, 2004, p. 130).

Ressalta-se que,

[...] as políticas públicas de gênero, ao incorporarem o conceito de gênero e discutirem suas implicações na promoção de políticas públicas, trazem para o campo que situa a realidade de intervenção tanto os conflitos que perpassam as relações sociais entre homens e mulheres e também as desigualdades produzidas e reproduzidas culturalmente entre os mesmos, com base no discurso das diferenças biológicas. (LISBOA, 2010, p. 6).

As políticas para mulheres tendem a manter a desigualdade entre homens e mulheres, pois focalizam suas ações, tendo em vista a atuação da mulher como mãe, esposa, filha dentro do contexto do lar.

Sobre a categoria Trabalho, entende-se ser esta derivada da leitura marxiana e marxista, adotada pelo Serviço Social. De acordo com Lima (2018, p 48) “[...] os estudos em torno da Categoria Trabalho passam a interessar a profissão durante o processo de Renovação, especificamente, na perspectiva de “intenção de ruptura”, devido à aproximação da categoria com o campo crítico”.

As Dissertações que versam sobre a categoria Trabalho objetivam analisar as relações de trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva marxiana e marxista. Em sua maioria, intentam analisar as condições de trabalho de algumas categorias profissionais num âmbito de reestruturação produtiva e restrição de direitos. Assinala-se que o Serviço Social vem contribuindo de forma satisfatória com as produções teóricas que aludem essa temática.

A categoria Gestão/Avaliação 15% (08), sendo essa categoria muito explorada pelos pesquisadores, principalmente em torno do processo de descentralização que as Políticas Sociais passam após a Constituição Federal, principalmente a Política da

Saúde e da Assistência Social. É inegável a contribuição dos assistentes sociais nas análises que objetivam avaliar e monitorar a gestão e o impacto de programa, plano ou projeto social.

Em seguida aponta-se a categoria Intersetorialidade 09% (05), esta vem incidindo significativamente em razão da crescente intervenção em rede e a intersectorialidade como princípio ordenador das Políticas Sociais na contemporaneidade. (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013). A Política Social que mais desponta a intersectorialidade é a política da Assistência Social. Observando-se que as investigações que têm a intersectorialidade como objeto de estudo, analisa a relação assistência social – saúde, assistência social – educação.

Confere-se a categoria Controle Social 06% (03), cujos estudos exploram a efetividade que os conselhos sociais e as conferências de Políticas Sociais e de Direitos têm causado para a administração pública. Com uma incidência de 04% (02) verifica-se ainda a categoria Inclusão Social e Estado e Sociedade, enquanto categorias relevantes por fundamentar a intervenção do assistente social na sua prática profissional.

As categorias temáticas que apareceram apenas uma vez são: Questões Raciais, Multiprofissionalidade, Seguridade Social, Criança e Adolescente, Educação, Ecologia, Financeirização, Questão Social, Terceiro Setor, Proteção Social, Transferência de renda, Cultura, Assistência Estudantil.

Observa-se que dentro dessas categorias, têm-se aquelas que se configuram como emergentes na sociedade, que são: Questões Raciais, Multiprofissionalidade, Ecologia, Financeirização, Terceiro Setor, Transferência de Renda e Cultura.

Ressalta-se também a baixa incidência de estudos que têm a categoria Questão Social “[...] cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social” (IAMAMOTO, 1997, p. 14). Trata-se de um dado preocupante para a produção do conhecimento em Serviço Social, diante da centralidade que a categoria “Questão Social” tem enquanto objeto de atuação da profissão.

Comprovou-se também a incidência de duas Dissertações em que não foi possível identificar a categoria temática analisada pela falta de clareza e fluidez no seu objeto de estudo.

Kameyama (1998, p. 04) assevera que,

A produção de conhecimentos em Serviço Social engloba uma vasta e variada gama de temáticas, na medida em que, cada vez mais, ocorre uma ampla interseção com a dinâmica da sociedade, como por exemplo, [...] o

planejamento, as políticas públicas, etc. Dentro deste contexto, as temáticas do Serviço Social estão intimamente imbricadas com os acontecimentos que ocorrem na sociedade e que rebatem na profissão em termos de demandas ou requisições.

Elucida-se que as temáticas investigadas sofrem alterações conforme as determinações estruturais e conjunturais, vez que cada época produz categorias temáticas de acordo com a dinâmica da sociedade. (KOWARICK, 1995)

Considerações Finais

A produção do conhecimento na área do Serviço Social amplia-se nas últimas décadas a partir do surgimento da Pós-graduação, do reconhecimento dos órgãos de fomento à pesquisa e o desenvolvimento a ampliação da pesquisa. O crescimento dessa produção contribui com a própria profissão, desenvolvendo cada vez mais a criticidade, a maturidade intelectual e o aumento da massa crítica.

No tocante ao PPGSS/UFFP, pode-se afirmar que tem cumprido o seu papel em analisar a realidade concreta que se apresenta nas determinações sócio-históricas, uma vez que o Serviço Social tem contribuído com a formação de quadros (docentes e pesquisadores).

O crescimento das Dissertações de Mestrado vinculadas à área de concentração da Política Social é notório. Quanto aos objetos de análises dessas Dissertações, comprovou-se que estão alinhados aos determinantes históricos do período contemplado nesta pesquisa, demonstrando que os assistentes sociais estão intensificando as pesquisas nessa área para compreender, analisar e dar respostas concretas as demandas sociais postas, que são demandadas nos seus espaços sócio-ocupacionais.

Referências

BRAGA, Ruy. O fim do Lulismo. **In:** André Singer [et. al] **Por que gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *In:* **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

FARAH, Maria Ferreira Santos. Políticas Públicas e Gênero. *In:* GODINHO, Tatau (org.). SILVEIRA, Maria Lúciada (org.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8), p. 127 – 142.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A Economia Política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. *In:* **Revista Katálysis** - Florianópolis v. 10 n. 1 p. 65-74 jan./jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141449802007000100008&script=sci_abstract&lng=pt(Acesso em: 20/08/2018)

HADDAD, Sérgio (Coord). **O Estado da Arte das Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos: a produção discente da pós-graduação em educação no período 1986 – 1998**. São Paulo: Ação Educativa, 2000. Disponível em:< <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1779/40.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > (Acessado em 11/07/2018).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. *In:* **Debate** n.6. Fortaleza: CRESS-CE, 1997.

KAMEYAMA, Nobuco. A Trajetória da Produção de Conhecimento em Serviço Social: avanços tendências (1995 a 1997). *In:* **Cadernos ABESS**. Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social, São Paulo, n°.8, p. 33-76, 1998.

KOWARICK, Lucio. “Investigação Urbana e Sociedade”. *In:* REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter. (Orgs.) **Pluralismo, Espaço Social e Pesquisa**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1995.

LIMA, Ingridy Lammonikelly da Silva. **A Categoria Trabalho na Produção do Conhecimento do Serviço Social a partir do Legado da Modernidade e as Inflexões do Pensamento Pós-Moderno**. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa: UFPB/CCHLA/DSS/PPGSS, 2018.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *In:* **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66- 75, jan. 2010.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *In: Revista Katálisis*. Florianópolis, v. 16, n. esp. 2013. p. 17 – 27.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria de Lima. Redes e Intersetorialidade nas Políticas Sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. *In: Textos & Contextos* - Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/12990/9619>. (Acesso em: 17/10/2018)

SADER, Emir. Lula Ano I. *In: SADER, Emir etall. Governo Lula: decifrando o enigma*. São Paulo: Viramundo, 2004.

SAMPAIO Júnior, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *In: Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Angela Kaline da Silva. **O Processo de Produção do Conhecimento no PPGSS/UFPB: o estado da arte das dissertações de mestrado vinculadas à área de Política Social (Relatório Final de Pesquisa)**. João Pessoa: UFPB/CCHLA/DSS/PPGSS/SEPACOPS, 2017.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. *In: Novos Estudos*, CEBRAP, 85, novembro 2009, p. 83-102. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002009000300004&script=sci_abstract&lng=pt. (Acesso em 27/08/2018).

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

VASCONCELOS, Ricardo Afonso Ferreira de. AMORIM, Mário Lopes. A Crise do Neodesenvolvimentismo no Governo Dilma e os Rumos do Pronatec no Recente Cenário de Retração Econômica e Desemprego. *In: Anais XI Jornada Latino-Americana de Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia – Curitiba*, 2016. Disponível: http://www.esocite2016.esocite.net/resources/anais/6/1471884390_ARQUIVO_ACRIS_EDONEODESENVOLVIMENTISMONOGOVERNODILMAEOSRUMOSDOPRONATEC-ESOCITE2016-RICARDOAFDE_VASCONCELOS-MARIOLOPESAMORIM.pdf (Acesso em: 29/08/2018)